



## ATA DE REUNIÃO

### **7ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL**

**PERÍODO:** 22 e 23 de março de 2007.

**LOCAL:** IBAMA/Sede – Brasília/DF.

**Dia: 22/03/07**

A DIFAP/IBAMA promoveu a 7ª reunião do CGSL sob a coordenação da CGREP/DIFAP, com a participação de representantes da DIPRO/IBAMA, CGEAM/IBAMA, CEPENE, Superintendência do IBAMA nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, representantes dos Ministérios da Defesa/Comando da Marinha, MMA, MIDCT e da SEAP-PR, e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e Amapá – SINPPA e Instituto TERRAMAR, conforme lista de participantes. (Anexo I).

#### **I – ABERTURA.**

O Coordenador do CGSL, Rômulo Mello abriu a reunião do CGSL agradecendo a presença dos participantes e convidou o Subsecretário da SEAP/PR, Dirceu Lopes para compor a mesa e detalhar as ações de Governo efetuadas e que estão em andamento.

Anunciou que o Diretor da DIPRO, Flávio Montiel falaria em seguida sobre as ações de fiscalização da pesca de lagostas.

#### **II – RELATO DA AÇÃO DE GOVERNO PARA O PLANO LAGOSTA.**

O Subsecretário da SEAP/PR discorreu sobre as ações executadas e em execução pelo Governo Federal na pesca de lagostas. Colocou que o Governo deflagrou estas ações de forma integrada e que desde a última (6ª) reunião do CGSL estão ocorrendo reuniões sistemáticas entre os órgãos governamentais e parceiros, quais sejam, MMA, SEAP/PR, IBAMA, MTE, estados e municípios, além dos bancos oficiais.

Salientou que, no caso do permissionamento, não foram medidos esforços, por parte do governo, para que todos tivessem condições de se cadastrarem e que esta primeira fase do processo terminou em 17 de março de 2007.

O processo está em uma segunda fase que trata da capacitação e qualificação dos trabalhadores da pesca de lagostas. Disse que há uma preocupação e um trabalho para começar um processo de capacitação para os que vierem a ficar fora da pesca de lagostas.

### **III – RESULTADOS DA 1ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE CUMPRIMENTO**

O Coordenador Substituto do CGSL, José Dias, apresentou os resultados das discussões ocorridas na reunião do Subcomitê de Cumprimento do CGSL.

Colocou a composição do referido Subcomitê e quais os temas discutidos na reunião.

Informou que na reunião do referido Subcomitê foi colocado, por ele, que algumas questões que foram discutidas e acordadas no CGSL estavam sendo descumpridas. Colocou que a gestão compartilhada requer compromisso de todos e que o Estado brasileiro tem buscado cumprir os seus compromissos da melhor forma possível.

Disse que na citada reunião ficou acordado que o IBAMA se comprometeria a elaborar um documento, tipo carta compromisso entre as partes, que seria encaminhada aos membros do Subcomitê para sugestões, adequações e avaliação na próxima reunião.

José Dias ressaltou a presença do Deputado José Airton na reunião do Subcomitê de Cumprimento do CGSL e que na oportunidade o Deputado colocou as preocupações com os problemas levantados pelos pescadores do estado do Ceará em Audiência Pública ocorrida em Icapuí/CE, dentre as quais a prorrogação do uso da rede de caçoeira, o marmeleiro sendo usado como matéria prima para fabricação de manzuás e as possibilidades de indenizações com a retirada da caçoeira, pois as pessoas vão se endividar.

A Ata de reunião do Subcomitê de Cumprimento do CGSL será encaminhada a todos os componentes do CGSL.

### **IV – APROVAÇÃO DA AGENDA.**

A proposta de Agenda de Trabalho foi apresentada, discutida, adequada em alguns itens e em seguida aprovada constando no Anexo II.

Em seguida, foi abordado cada item da agenda conforme apresentado a seguir.

### **V - APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE FISCALIZAÇÃO.**

O Dr. Flávio Montiel, da DIPRO, apresentou as ações da fiscalização da pesca de lagostas no Brasil, sugere trabalhar em conjunto com as Superintendências, ter uma coordenação geral em Brasília e 9 sub-coordenações nos estados envolvidos e intercalar essas informações, tentando o máximo de integração para uma fiscalização eficaz na terra e no mar.

### **VI – APRESENTAÇÃO DE INFORME DA SEAP/PR SOBRE O ANDAMENTO DO PERMISSIONAMENTO DAS EMBARCAÇÕES LAGOSTEIRAS, CONFORME ESTABELECIDO NAS IN/IBAMA N.º 144/2006 E IN/SEAP/PR N.º 001/2007, PARA O EXERCÍCIO DE 2007.**

Os representantes da SEAP/PR, Sebastião Saldanha Neto e Carlos Alexandre apresentaram os informes referentes ao andamento do permissionamento.

Abraão da CNPA mostrou a grande preocupação com o crédito para confecção dos covos que não se dará do dia para noite, principalmente onde a pesca é artesanal. Disse que a CNPA está se mobilizando para treinar os pescadores juntamente com o Setor, mas é preciso que o Governo se mobilize e faça as indenizações das redes que era o material até então oficialmente usado pelos pescadores.

Solicitou que fossem colocados dois pontos na agenda para serem discutidos na reunião:

- 1 - Prorrogação do defeso da lagosta por mais dois meses; e,
- 2 – Indenização das redes de caçoeira.

Sugeriu que fosse colocado no Regimento Interno do CGSL algum tipo de penalidade para o caso de desacatos, como o ocorrido na reunião da CNPA em Icapuí/CE, que era uma reunião confederativa para discutir vários assuntos inclusive as questões sobre a lagosta e que tinha a presença ilustre do Ministro da Pesca e nossa confederação foi acusada e colocada contra a SEAP/PR.

Disse que não adianta pregar uma coisa aqui no Comitê e outra na beira da praia, deixou o repúdio da Confederação e a solidariedade ao Ministro que ainda tentou explicar o ocorrido. Colocou, ainda, que temos que divergir aqui dentro do Comitê e lá fora ter a mesma opinião.

Disse que é preciso que a SEAP/PR fiscalize os convênios para treinamento e confecção de covos.

Quanto à prorrogação do defeso José Dias ponderou que esta prorrogação do prazo deveria ser analisada observando os erros ocorridos no passado.

Na questão da indenização sugeriu criar uma comissão enxuta para discutir o assunto ou discutir dentro da Comissão de Crédito já existente.

Abraão disse que o crédito está avançando muito, o banco está com vontade de atender o problema dos pescadores, vai ser mais ou menos 30 dias para sair o crédito e mais ou menos 40 dias para confeccionar os covos.

Colocou que o setor sabe que a Lei do Seguro Desemprego é clara e que no caso da prorrogação de dois meses só seria mais um mês de seguro e o outro por conta do setor.

José Maria Veras do CONEPE se solidarizou com o Abraão e repudiou os acontecimentos de Icapuí/CE. Disse que como Comitê não deve ser assim que se exerce a parceria, está aí uma prova do esforço conjunto IBAMA, SEAP/PR, Sindicatos e Pescadores.

Disse que não temos condições de fazer a fiscalização das marambaias e sugeriu ver com a Marinha se esta Instituição não poderia disponibilizar sua equipe de mergulhadores, já que eles já fazem exercícios de mergulho e então poderíamos aproveitar para a fiscalização das marambaias.

Sugeriu firmar convênio com o CONFAZ para fiscalizar os contêineres de lagosta nos portos.

Achou viável o pedido de prorrogação por mais dois meses feito pela CNPA e disse que temos que lembrar que a responsabilidade está em nossas mãos para discutirmos e consultar nossas bases, pois a sustentabilidade do recurso lagosta depende disso.

Ormezita da CPP disse que as manifestações que ocorreram em Icapuí/CE foi somente no sentido de dizer que não conseguiriam cumprir o prazo estipulado e que o prazo não tinha sido consensuado no CGSL.

Disse que o valor do convênio não é de 300 milhões e sim de 180 milhões e que não foi executado por exigência da necessidade de pregão.

Queremos afirmar que a CPP em momento algum em sua manifestação fez menção à volta do uso de rede, porém, nós pescadores somos livres e temos o direito de expressarmos nossas opiniões.

José Alberto do MONAPE disse que estava nos dois eventos promovidos pela CNPA, que fazia até parte da Diretoria da colônia onde é filiado, não tivemos espaço para falar em nenhum dos eventos e nem por isso quebramos o protocolo.

Nós pescadores temos todo o direito de expressão e o MONAPE é a favor da proibição da rede de caçoeira, mas acreditamos ter que buscar uma alternativa.

Raimundo Braga (Kamundo) relatou sobre as dificuldades que tiveram em uma ação da fiscalização das marambaias, onde foi feito um protesto da comunidade e os fiscais tiveram que recuar senão o problema seria maior, e que o IBAMA estava planejando uma nova fiscalização, mas a comunidade encaminhou um documento informando que devolveria as marambaias.

Elisa Bezerra do CONEPE disse que no caso do manzuá, seria impossível começar a usá-lo no dia 1º de maio e perguntou se a SEAP/PR pode acelerar os estudos, buscando igualdade para todos.

Defendeu prorrogar o defeso em dois meses e que devemos consultar as bases (via correspondência) e mandar a posição.

Francisco do CONEPE disse que devemos consultar as bases sobre o aumento do defeso em dois meses e voltar com uma resposta imediata. O Pará gostaria de voltar a pescar logo.

Dirceu Lopes da SEAP/PR disse estar preocupado, pois o fato concreto é que, em 1º de maio ninguém pode mais pescar de caçoeira e deverá estar com os manzuás prontos. Colocou outro problema que foge a todos os presentes, que é o de assegurar o seguro-desemprego aos pescadores.

Sugeri, ainda, formar um grupo para ir ao Ministério do Trabalho resolver este impasse e buscar outros parceiros para se começar no dia 1º a pescar com o petrecho adequado.

José Dias sugeriu que o grupo fosse formado com um representante do IBAMA, um dos pescadores, um dos empresários e um da SEAP/PR que coordenaria o grupo. Comprometeu-se, também, a entrar em contato com a pessoa responsável no MTE e trazer para reunião de amanhã uma solução para o impasse.

**Dia: 23/03/2007**

O Coordenador Substituto do CGSL abriu os trabalhos do dia informando sobre a inclusão de dois pontos na pauta: a consulta ao MTE sobre o pagamento do seguro desemprego e sobre a proposta de aumento de defeso em mais 2 meses para a temporada de 2007.

Disse que se o defeso for aumentado, de acordo com a lei o governo bancaria mais um mês de seguro desemprego. Colocou, ainda, que era necessário redigir um documento e dar um prazo para que os representantes do setor produtivo consultem as bases e encaminhem resposta o mais rápido possível.

Alvamar Queiroz, do IBAMA/RN, acha viável a prorrogação, mas se preocupa se a fiscalização terá recursos para atuar durante essa prorrogação do defeso. Abraão da CNPA disse que o prazo está muito curto para tudo que precisa ser feito, seria impossível começar a pescar no dia 1º de maio, além disso, vê dificuldades em encontrar material (arame) em alguns municípios, para confecção dos covos. Concorde com o José Dias na questão de consultar as bases e encaminhar as posições por escrito.

Quanto à consulta ao MTE, José Dias disse que a resposta foi favorável a extensão do prazo por mais 1 mês e, além disso, o grupo de crédito terá tempo para buscar também uma alternativa para indenização no caso das redes.

José Alberto disse que como representante do MONAPE deixava registrado que nós defendemos um mês na condição de consultarmos as bases e retornar por escrito ao CGSL para confirmarmos nossa posição.

Renê do TERRAMAR disse que o Instituto junto com o MONAPE e a CPP sempre consultou as entidades e pessoas que representam e tentam ser coerentes com a proposta e que não entendia como a CNPA estava propondo um defeso por mais dois meses. E que se consultarmos a Federação do Ceará cujos associados pescam, em sua maioria, de barco a vela eles pescam em maio e junho, isso praticamente acaba com a pesca para este ano. O TERRAMAR defende estender o defeso por mais um mês.

Abraão da CNPA disse que a Federação do Ceará já tinha conversado ontem a noite com ele e que a entidade acompanha o pensamento da CNPA e queria dizer para o Renê que ele deve representar o Instituto dele e que o representante legal da Federação no CGSL é a CNPA.

Reginaldo do IBAMA/ES comenta que a preocupação é com a excepcionalidade do Estado do Espírito Santo, pois se houver a efetiva mudança de petrecho pode-se correr o risco de o estado todo ficar na clandestinidade.

José Dias solicitou tirar um tempo de intervalo para discutir o caso específico do Estado do Espírito Santo.

Eloy de Sousa da SEAP/PR sugeriu que o tempo de ampliação do defeso, estivesse relacionado com o motivo que nos levou a prorrogá-lo que é a confecção de manzuás ou covos e que este tempo deve ser proporcional a sua confecção.

Francisco Machado da SEAP/PR reforçou os resultados da consulta feita ao MTE e a justificativa do representante não estar presente por conta de sua agenda comprometida. Todos os assuntos tratados caminham para aumentar o defeso, nesse caso excepcionalmente este ano.

O Presidente da Colônia de Pescadores de Icapuí/CE pede para o Governo rever a proibição uso da rede de caçoeira. Segundo ele uma decisão dessas vai prejudicar e mudar a vida de diversas famílias pois, não tem nenhum incentivo para a comercialização do manzuá e as principais empresas de pesca não vão investir na área da pesca esse ano, a COPESCAL, uma das maiores empresas está quase falindo e, portanto propôs prorrogar o uso da caçoeira, até 2008 e durante este ano de 2007 o Governo faz a conscientização do pescador do porquê não usar a rede de caçoeira.

José Dias agradeceu as colocações do Presidente da Colônia de Pescadores de Icapuí/CE e salientou que o uso da rede de caçoeira está proibido e isso não é ponto de pauta.

José Alberto do MONAPE disse que no estado do Ceará tem muita gente que sabe fazer o manzuá e está ocioso sem fazer nada, atender todo muito vai ser difícil, mas podemos começar.

José Maria Veras disse que dois meses de prorrogação do defeso seria o ideal, um esforço que todos os segmentos fariam, estaríamos todos dentro do mesmo barco colaborando, sofrendo e partilhando da mesma medida.

Disse, ainda que o esforço de fiscalização precisa ser mantido durante os dois meses de prorrogação e ainda fiscalizar a abertura da pesca em junho.

José Dias informou que já tinha conversado com o Rômulo Mello e que em seguida iria sentar com a DIPRO, para se redefinir o compromisso de fiscalização, mas pede a todos para mandarem suas decisões sobre a prorrogação até 5 de abril, se for contra ou a favor, mandar por escrito.

Elisa Bezerra do CONEPE disse que entendemos que o empresário não invista se ele não souber quem tem o direito legal de pescar, temos que ter primeiro esses dados. O uso de caçoeira nunca mais, dois meses não é bom para ninguém, mas é o remédio amargo que teremos que tomar para o bem de todos.

Francisco de Paula, do CONEPE, pediu a compreensão da SEAP/PR em facilitar o processo de análise da permissão, para poder liberar as coisas mais rapidamente, alguns documentos poderiam ser entregues depois.

Karim Bacha disse que a posição da SEAP/PR em relação à divulgação dos barcos permissionados à pesca da lagosta é de assumir um compromisso que a partir dos trabalhos do dia de hoje (23 de março) até 5 de abril estará divulgando os resultados das embarcações habilitadas e permissionadas para a pesca de lagostas.

José Dias disse ser muito importante essa colocação do Karim Bacha, pois vem reforçar ainda mais os trabalhos do CGSL.

Eloy de Sousa disse estar preocupado com o material para fazer o manzuá, nos municípios mais carentes não tem o arame, por exemplo, e em outros municípios já tinha conversado com gente que disse que a compra de arame já está superior a dos último 3 anos.

René do TERRAMAR perguntou ao Eloy de Sousa se ele poderia buscar informações sobre panagem para manzuá, e Eloy disse que vai buscar essas informações.

José Dias disse que em relação à questão da indenização vai se discutir e encaminhar para o Governo por meio do grupo de crédito, coordenado pela SEAP/PR, para articular com vários segmentos do Governo inclusive com o Congresso Nacional para buscar essa indenização.

### **A questão da prorrogação do defeso foi retomada para buscar consenso.**

Foi colocada a proposta de 45 dias ao invés de 60 dias e que o Estado só poderá pagar mais um mês de seguro desemprego.

Raimundo Braga (Kamundo) disse que com relação ao aumento do defeso não era o caso de ouvir as bases e que deveria se construir um acordo nesta reunião e apresentou como proposta até o dia 10 junho.

Retomando a questão da caçoeira colocada pelo Presidente da Colônia de Icapuí/CE, Raimundo Braga, IBAMA/CE, disse que no Estado do Ceará em 2006 foram feitos 3 seminários com o setor, representado por federação, colônias e ONGs e ficou decidido a exclusão desse petrecho da pesca de lagostas e que quando saiu a IN IBAMA N.º 138/2006 todos tomaram ciência e depois disseram que não sabiam, por isso temos que decidir o mais rápido possível.

Abraão, da CNPA, falou que a Entidade não está dizendo que a prorrogação do defeso é de obrigatoriamente 60 dias e que eu quero que conste em Ata que a CNPA está sugerindo 60 dias porque quando chegar dia 1º de maio a gente tem como provar que a confederação advertiu ao grupo que o prazo para confecção dos manzuás era curto e não era possível atender.

José Maria Veras, do CONEPE, disse que consultadas as bases entre 96 a 98% concorda com a prorrogação de 60 dias. É um momento de sacrifício de todos se não, não dará tempo de construir os manzuás e a cangalha. Disse que até o dia 5 de abril mandará por escrito a resposta para a coordenação do CGSL.

Lembrou ainda, o compromisso assumido pela SEAP/PR de que até o dia 5 de abril está com todo o levantamento das embarcações pronto e mostrando quem terá permissão para pescar.

Abraão da CNPA disse que ligou para as federações inclusive a do Ceará, mas a CNPA tem preocupação com um prazo de menos de 60 dias, pois teme que não dê tempo de construir os covos. Entretanto para o bem de todos, embora prefira os 60 dias, concorda com os 45 dias e mandará por escrito até dia 5 de abril.

Colocou por fim, que se a CPP e o MONAPE não aceitarem os 45 dias a CNPA volta a defender os 60 dias.

José Alberto disse que a proposta da CNPA é de 60 dias e a proposta do MONAPE é de 30 dias, mas se for para o bem de todos podemos chegar ao meio termo, aceitamos os 45 dias e mandaremos por escrito o mais rápido possível após consultar as bases.

René do TERRAMAR acompanhou a proposta do MONAPE de 30 dias, mas aceita os 45.

Pedro Alzires do SINDIPESCA/PA está de acordo com os 60 dias, mas se for consenso aceita os 45 dias.

Ormezita da CPP aceita 45 dias, mas gostaria que fosse 1 mês, e lembra do aspecto do crédito para a mudança dos petrechos e também das oficinas para confecção de petrechos (covos), que o Dirceu Lopes da SEAP/PR falou.

Colocou ainda, que a CPP está preocupada com os estados que não têm costume de pescar com covos.

José Maria Veras disse que a questão do crédito está avançando muito bem e a proposta poderia ser melhor se o governo se unisse com esse propósito.

José Alberto disse que no Ceará existem pessoas que sabem fazer petrechos e estão ansiosos para trabalhar.

Finalizando as discussões José Dias colocou que ficou acertado, por consenso, uma prorrogação do defeso das lagostas de 45 dias sujeito a consultar as bases e mandar uma posição, por escrito, até no máximo, 5 de abril de 2007.

### **VIII - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE CRITÉRIOS VISANDO A REDUÇÃO DO ESFORÇO DE PESCA, CASO SEJAM HABILITADAS UM TOTAL DE SOLICITAÇÕES DE PERMISSÕES DE PESCA SUPERIOR A 40 MILHÕES DE COVOS-DIA, CONFORME DEFINIDO NA IN/IBAMA N.º 144/2006.**

O Coordenador Substituto do CGSL, José Dias apresentou a proposta de critérios para discussão e avaliação do Comitê. Anexo III.

Francisco do CONEPE lembrou que a SEAP/PR se comprometera a mostrar o número de embarcações inscritas e até o momento não havia trazido os números. Pediu para incluir nos critérios, os mapas de bordo.

Karim Bacha da SEAP/PR disse que no início da tarde terá os números das embarcações pré - escritas para o permissionamento.

José Dias ponderou que incluir mapas de bordo nos critérios, só se fosse para contar a partir do ano de 2005.

Alvamar do IBAMA/RN disse que a SEAP/PR está com algumas informações errôneas e que o relatório do setor de pesca da SUPES/RN coloca pessoas pescando onde não tem incidência de lagostas.

Sebastião Saldanha da SEAP/PR disse em relação às colocações do Alvamar que a SEAP/PR vinha trabalhando com o IBAMA da forma mais integrada possível e que a Instrução Normativa assinada pelo IBAMA e complementada pela SEAP/PR coloca que o IBAMA por meio do ESTATPESCA levantaria as informações necessárias e passaria para SEAP/PR e que esta Secretaria não levaria em conta as informações dadas por terceiros, somente às contidas no referido ESTATPESCA.

Alvamar da SUPES/RN sugeriu que a SEAP/PR devolva as declarações do Estado do Rio Grande do Norte para as devidas correções.

Raimundo Braga disse que o IBAMA/CE emitiu uma portaria estabelecendo de quais entidades seriam aceitas as informações, mas foi colocada como restrição que em caso de dúvida prevaleceriam os dados do ESTATPESCA caso o resultado fosse diferente dos apresentados pelos armadores.



José Dias propôs que se o IBAMA/RN estava incomodado com a situação já mandasse uma relação das declarações que ele considera inválidas. Concordou com a SEAP/PR que nós é que deveríamos verificar se as informações eram corretas.

Em relação aos tipos de pendências Raimundo Braga (Kamundo) disse que o primeiro critério deve ser mudar a classificação em relação às pendências de IBAMA e Capitania dos Portos. Se o cidadão não atende ou apresenta informação errada deve ser punido e as condições para exclusão seriam: tamanho da embarcação, comprovação da pesca de 2002 a 2005 e tirar os barcos que forem autuados mais de uma vez.

Karim Bacha pediu ao IBAMA/CE que emita uma lista com todas as declarações pendentes para agilizar o processo de avaliação.

José Dias disse que os cidadãos com pendências no processo tiveram tempo hábil para resolvê-las.

René do TERRAMAR teme esperar que a Capitania tenha condições para entregar a declaração e este fato não seria por culpa do proprietário do barco, mas sim da Capitania que não deu a declaração em tempo hábil.

Francisco Machado disse que essa é uma questão que foi flexibilizada pela Marinha na medida em que foi aceito que o proprietário buscasse comprovar só depois junto à Marinha e isso dá um prazo para que ele apresente a declaração e isso não o impede de começar a construir seus covos ou manzuás.

Abraão da CNPA disse que no Rio Grande do Norte foi feito um acordo entre Capitania e SEAP/PR e acredita que nesses 60 dias todas as embarcações estarão prontas.

José Alberto do MONAPE disse que a demanda é muita e tem coisa que não depende dos pescadores a Capitania disse que não tem como atender essa demanda em tão pouco tempo.

Raimundo Braga (Kamundo) disse que a SEAP/PR teria que ter a compreensão de aceitar o documento mesmo que não seja da Capitania e que a declaração da colônia deveria servir.

Para que as discussões pudessem fluir foram explicadas as categorias definidas pela SEAP/PR para as embarcações e para efeito de repermisionamento, quais sejam:

**Categoria 1** – embarcações até então portadoras de permissão de pesca;

**Categoria 2** - embarcações não portadoras de permissão de pesca; e,

**Categoria 3** - embarcações não motorizadas, construídas entre 2002 e 2005.

Os critérios complementares de eliminação do excesso de esforço de pesca que ultrapassar os 38,5 milhões de covo-dia, no processo de repermisionamento foram amplamente discutidos com base nas categorias acima descritas.

José Dias disse que deve ser dada nova redação ao critério n.º 4 e que no critério n.º 3 será assegurado um barco para cada armador ou proprietário cuja embarcação pertença a categoria 2 e desde que não ultrapasse os 38,5 milhões de covo-dia.

José Dias disse, ainda que com certeza a aplicação do critério acima não vai ultrapassar os 38,5 milhões de covo-dia.

Karim Bacha também acredita que não vai ultrapassar o limite e quando isso acontecer vai ser utilizado o critério seguinte. Fez questão de lembrar que a SEAP/PR não vai dar interpretações as declarações do IBAMA, só vai ver se atendeu ou não o que estava na declaração, pois a declaração que vem do IBAMA a SEAP/PR não discute.

José Dias disse que a SUPES/RN vai encaminhar à SEAP/PR com uma cópia ao IBAMA as permissões que forem julgadas inválidas.

José Alberto pediu para dar prioridade aos barcos que já pescam lagostas há muito tempo e mostrou com dados que 50% das embarcações não são motorizadas por isso seria justo que pudesse garantir que dos 38,5 milhões de covos-dia pelo menos 20% fosse para as embarcações não motorizadas.

Elisa Bezerra do CONEPE questionou por que vamos começar a tirar os barcos maiores, não sou contra o pequeno, sou a favor do desenvolvimento da pesca com qualidade, acho que o setor industrial também tem o direito sobre um percentual.

René do TERRAMAR retomou a questão da declaração da Marinha e disse que a Capitania tem o problema sobre o prazo para entregar os registros e que não podemos aceitar que as exclusões sejam por conta desses motivos burocráticos da Marinha.

José Dias disse que a Capitania não precisa de protocolo e, além disso, tem a informação de que existem 600 mil documentos prontos para as pessoas pegarem faltando só pagar o seguro o que não foi feito e por isso a documentação não foi pega.

José Alberto colocou que no caso de frota nós fomos as primeiras embarcações a pescar lagostas e quase todo mundo chega com a lagosta viva, então nossa qualidade também é ótima.

Ormezita da CPP lembrou que a pesca da lagosta gera renda e sustento para milhares de famílias.

Karim Bacha disse que a SEAP/PR assinou uma Instrução Normativa para efeito de análise de permissões de pesca para substituir o documento da Marinha e para isso, basta uma declaração do proprietário só que se ele passar nos critérios ele terá que pegar o documento na Marinha.

Karim Bacha colocou que ainda não temos os números, mas garantimos que se ficar como critério um barco para cada beneficiário não vai atingir os 38,5 milhões de covos-dia e se somando o total de esforço de pesca ultrapassar este limite serão aplicados outros critérios e se ainda assim persistir o empate vai para quem tem o RGP mais antigo.

René do TERRAMAR ficou preocupado e disse que esse critério do RGP mais antigo talvez desfavoreça o barco a vela.

José Alberto do MONAPE falou que se deve sempre levar em consideração a questão social, pois é muito melhor manter o homem no mar embora tendo que mudar de categoria do que tirar o homem do mar.

José Dias lembrou que estamos excluindo a partir de um segundo barco, garantindo assim, um barco para cada beneficiário.

Se as embarcações da categoria 1 atenderem as normas já estarão habilitadas, com isso proporciona um acesso maior àqueles que tiverem menor número de embarcações.

Karim Bacha para efeito de propriedade de embarcação os que já forem contemplados no item 1 não entrariam neste critério.

René do TERRAMAR concordou com o Karim Bacha e sugeriu como critério de eliminação colocar 3 incisos ao preâmbulo, ou seja, se é pescador ou proprietário, tempo de permanência na pesca e tempo de registro da embarcação.

Karim Bacha disse que é importante ouvir também o setor produtivo com relação aos critérios discutidos.

José Dias colocou que como os incisos não ficaram acordados o estado assume ou se faz uma nova consulta ao CGSL.

Eloy de Sousa da SEAP/PR manifestou o reconhecimento do trabalho e esforço que todos empreenderam nesses 90 dias para chegar onde estamos e agradecer em especial ao Sebastião Saldanha e ao Carlos Alexandre da SEAP/PR com relação ao trabalho de cadastramento.

Karim Bacha disse que a SEAP/PR está fazendo um plano de capacitação e gestão para viabilizar alternativas para os profissionais que vierem a sair da pesca de lagostas, que envolve qualificação profissional, ajuda de custo e cursos de capacitação. É uma proposta conjunta do Governo representado pela SEAP/PR, IBAMA, Marinha e MTE.

Após amplas discussões, inclusive com eliminação de uns e construção de outros, os critérios ficaram consensuados conforme consta no Anexo III.

## **VII – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE CRITÉRIOS PARA A DESTINAÇÃO DE 5% DO ESFORÇO MÁXIMO ANUAL PERMITIDO, ÀS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE PROPRIETÁRIOS OU ARMADORES RESIDENTES OU DOMICILIADOS NOS ESTADOS DO AP, PA, MA, AL, SE E BA, CONFORME ESTABELECIDO NA IN/IBAMA N.º 144/2006.**

O Coordenador Substituto do CGSL José Dias apresentou uma proposta de critérios para ser discutida e avaliada pelo Comitê. Anexo V.

Francisco do CONEPE disse que deveria ter um critério de quanto tempo a empresa estaria aberta, o armador deve ser residente ou sediado a mais de um ano no local.

Antônio Clerton do IBAMA/CEPENE disse que os dados da SEAP/PR mostram que tem 120 embarcações inscritas no estado de Alagoas e que os barcos permissionados naquele estado vão pescar em outros estados.

José Dias ponderou se poderíamos discutir o caso de talvez suprimir AL e SE, ficando os 5% para os estados que mais precisam.

Karim Bacha disse que se houver saldo excedente podemos dar prioridade aos outros estados.

Sebastião Saldanha colocou que como está já explícito nas INs anteriores e é difícil revogar o que já está estabelecido, dar prioridade aos outros estados e colocar AL e SE no final da fila e não excluí-los.

Renê do TERRAMAR quer colocar um critério para favorecer o pescador proprietário de barcos.

Karim Bacha disse que com relação ao tempo de residência seria pelo menos um ano de registro no RGP.

José Maria Veras do CONEPE disse que não podemos tomar uma medida dessas, mesmo a título de sugestão temos de contemplar aqueles que querem exercer a profissão.

Francisco do CONEPE disse que a ideia que se tinha não era de incluir gente na lagosta, pois o estado do Pará tem o recurso e vai deixar que outros fiquem pescando no seu quintal. Colocou que o estado deve ter o direito de explorar o recurso que é dele, nesse caso os 5% só contemplam pessoas que já trabalham há muito tempo com pesca.

Eloy de Sousa entende que, com certeza será assegurado um barco por estado e o restante será distribuído proporcional ao tamanho do litoral.

Edvaldo do SINPPA sugere que deve se levar em conta a plataforma continental.

Karim Bacha disse que é intenção desse comitê dividir os 5% de forma igualitária.

Após amplas discussões, inclusive com eliminação de uns e construção de outros, os critérios ficaram consensuados conforme consta no Anexo III.

## **IX – INFORMES**

José Dias Coordenador Substituto do CGSL disponibilizou a palavra aos presentes para considerações ou informações adicionais, porém não houve nenhuma manifestação.

## **VIII - ENCERRAMENTO**

O Coordenador Substituto do CGSL colocou também que as duas fichas de critérios serão encaminhadas o mais rápido possível à SEAP/PR para que aquela Secretaria tome as providências pertinentes e então encerrou a reunião agradecendo ao esforço de todos em buscar convergência apostando que estamos construindo um ótimo caminho em busca da sustentação do recurso lagosta.

## ANEXO I

### LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Abraão Lincon da Cruz	CNPA	(84) 8851-4030	---
Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Clemeson José Pinheiro da Silva	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1188	clemeson.silva@ibama.gov.br
Edson Lima	DIPRO/IBAMA	(61) 3316-1092	edson.ferreira@ibama.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791 / 9119-6496	sinppa@ig.com.br
Elizabete Lopes P. Fonseca	CGEAM DISAN IBAMA	(61) 3316-1193	Elizabete.fonseca@ibama.gov.br
Eloy de Sousa Araújo	SEAP/PR	(61) 3218-2846/9100-1919	eloy@seap.ibama.gov.br
Flávia C. G. Oliveira	IBAMA/DIPRO	(61) 3316-1789	Flávia-cristina.oliveira@
Francisco J.B. Oliveira Filho	IBAMA/DIPRO	(61) 3316-1334	francisco.oliveira-filho@ibama.gov.br
Francisco Machado Filho	DICAP/SEAP/PR	(61) 218-2900	chicomachado@agricultura.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
José Alberto de Lima Ribeiro	MONAPE	(85) 9622-1718	beto_pescador_prairhaOyahoo.com.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
José Maria Veras Filho	CONEPE	(85) 3264-1778/8712-2030	sindipesca@sindipesca.com.br
Júlia Zapata Rachid Dau	IBAMA/DIPRO	(61) 3316-1789	Julia.dau@ibama.gov.br
Nilamon de Oliveira Leite Júnior	IBAMA/ES	(27) 3222-1417	nilamon@tamar.org.br
Ormezita Barbosa de Paulo	CPP	(85) 3238-8392	ormezitita@hotmail.com
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA/PA	(91) 207-0944 / 9617-2270	---
Raimundo Bonfim Braga	SUPES/CE/IBAMA	(85) 3227-9081	raimundo.braga@ibama.gov.br
René Sherer	Instituto Terramar	(85) 3378-2211	fishenet@uol.com.br
Roberto Gallucci	MMA	(61) 4009-9550	Roberto.gallucci@mma.gov.br
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 316-1650	romulo.mello@ibama.gov.br
Sebastião Saldanha Neto	SEAP/PR/DICAP/COREG	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br
Tarcisio A. de Oliveira	EMA/Marinha	(61) 3429-1091	ema11@brturbo.com.br
Vanessa G. de Carvalho	MIDIC/SECEX/DECEX	(61) 3425-7429	vanessa.carvalho@desenvolvimento.gov.br

## ANEXO II

**IBAMA/MMA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS**  
**7ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL**

**Período:** 22 e 23 de março de 2007  
**Local:** Brasília/DF – ED. SEDE/IBAMA.

Data	PROPOSTA DE AGENDA
22/03/07  (início: 14:30 horas)	<p>I – ABERTURA.</p> <p>II – APROVAÇÃO DA AGENDA.</p> <p>III - APRESENTAÇÃO DE INFORME DA SEAP/PR SOBRE O ANDAMENTO DO PERMISSIONAMENTO DAS EMBARCAÇÕES LAGOSTEIRAS, CONFORME ESTABELECIDO NAS IN/IBAMA N.º 144/2006 E IN/SEAP/PR N.º 001/2007, PARA O EXERCÍCIO DE 2007.</p> <p>1 – Discussões;</p> <p>2 - Encaminhamentos.</p>
23/03/07	<p>IV -. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE CRITÉRIOS PARA A DESTINAÇÃO DE 5% DO ESFORÇO MÁXIMO ANUAL PERMITIDO, ÀS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE PROPRIETÁRIOS OU ARMADORES RESIDENTES OU DOMICILIADOS NOS ESTADOS DO AP, PA, MA, AL, SE E BA, CONFORME ESTABELECIDO NA IN/IBAMA N.º 144/2006.</p> <p>V - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE CRITÉRIOS VISANDO A REDUÇÃO DO ESFORÇO DE PESCA, CASO SEJAM HABILITADAS UM TOTAL DE SOLICITAÇÕES DE PERMISSÕES DE PESCA SUPERIOR A 40 MILHÕES DE COVOS-DIA, CONFORME DEFINIDO NA IN/IBAMA N.º 144/2006.</p> <p>VI – OUTROS INFORMES</p> <p>1 - IBAMA/DIFAP;</p> <p>2 – IBAMA/Representante das Superintendências Estaduais;</p> <p>3 – SEAP/PR;</p> <p>4 – Outros componentes do Comitê.</p> <p>VI – ENCERRAMENTO.</p>

## ANEXO IV

### CRITÉRIOS COMPLEMENTARES PARA ELIMINAR O EXCESSO DE ESFORÇO DE PESCA QUE ULTRAPASSAR OS 38,5 MILHÕES DE COVOS-DIA, NO PROCESSO DE REPERMISSIONAMENTO

- 1 – Estarão passíveis de exclusão as embarcações pertencentes a Categoria<sup>1</sup> 2; **(C)**<sup>2</sup>
- 2 – Não serão passíveis de exclusões os barcos com toda a documentação de inscrição satisfatória e de armadores ou proprietários dos estados do AP, PA, MA, AL, SE e BA; **(C)**
- 3 – Após a aplicação dos critérios anteriormente apresentados será assegurado um barco para cada armador ou proprietário cuja embarcação esteja enquadrada na Categoria 2 e desde que não seja ultrapassado o limite de 38,5 milhões de covos-dia; **(C)**
- 4 – Aplicado o critério anterior e existindo saldo, em covos-dia, será assegurado mais um barco aos armadores ou proprietários de embarcação da Categoria 1 (desde que tenham assegurado apenas um barco) e aos da Categoria 2; **(C)**
- 5 – Caso ainda exista saldo, em covos-dia, mais um barco será assegurado aos armadores ou proprietários das Categorias 1 e 2 com duas embarcações asseguradas. Esse critério poderá ser aplicado, sucessivamente, no caso de persistir saldo; **(C)**
- 6 – Para efeito de redução do excesso de esforço de pesca, em número de covos-dia, quando da aplicação dos critérios 3 a 5, ou desempate, serão levados em consideração os seguintes aspectos, em ordem de prioridade:
  - 1º) Permanecerá o barco com maior tempo efetivo de pesca, ao longo dos 4 anos, e; **(C)**
  - 2º) Permanecerá o barco com o RGP mais antigo. **(C)**
  - 3º) Terá prioridade ou permanecerá o barco de proprietário ou armador que é pescador; **(não houve formação de consenso)**

---

<sup>1</sup> São as seguintes às categorias definidas pela SEAP/PR: **Categoria 1** – embarcações até então portadoras de permissão de pesca; **Categoria 2** – embarcações não portadoras de permissão de pesca; **Categoria 3** – embarcações não motorizadas, construídas entre 2002 e 2005.

<sup>2</sup> **(C)** – Critério que foi formado consenso durante a reunião.

## ANEXO V

### CRITÉRIOS PARA O PERMISSIONAMENTO DOS 5% DO ESFORÇO MÁXIMO DE 30 MILHÕES DE COVOS-DIA PARA A PESCA DE LAGOSTAS NOS ESTADOS DO AP, PA, MA, AL, SE E BA.

- 1 – O armador ou proprietário deve ser residente ou sediado em um dos seguintes estados: AP, PA, MA, AL, SE ou BA; **(C)**
- 2 – O armador ou proprietário deve comprovar o cumprimento de suas obrigações com o IBAMA, a SEAP/PR e a Capitania dos Portos; **(C)**
- 3 – A embarcação deve ter comprimento total superior a 4m;
- 4 – A embarcação já deve estar construída; **(C)**
- 5 – A divisão dos 1,5 milhões de covos-dia contemplará um barco por cada um dos estados anteriormente mencionados; **(C)**
- 6 – A continuidade da divisão, por estado, será diretamente proporcional ao tamanho do seu litoral e, inversamente proporcional ao total de esforço de pesca obtido no repermissionamento; **(C)**
- 7 – O total de esforço de pesca a ser alocado a cada estado, não deverá ultrapassar 2% do total dos 30 milhões de covos-dia, ou seja: 600 mil covos-dia; **(C)**
- 8 – Cada armador ou proprietário de embarcação só será contemplado com mais de uma permissão se todos forem atendidos e continuar existindo saldo. Neste caso, será considerada a relação direta da demanda de covos de cada armador, por estado; **(C)**
- 9 – Se a(s) demanda(s) de algum(ns) estado(s) for(rem) inferior(es) a(s) sua(s) possibilidade(s) de participação(ões), a somatória dos saldos será realocada proporcionalmente às demandas não atendidas dos outros estados. Neste caso não se aplica o limite definido no item 7; **(C)**
- 10 – Como critério de desempate, o barco que é detentor de permissão de pesca terá prioridade sobre os não permissionados. Outro critério levará em conta se a embarcação é permissionada e está saindo de um recurso sobrepescado, para se habilitar para a pesca de lagostas; **(C)**
- 11 – A apresentação das solicitações de enquadramento nos critérios anteriormente apresentados deverá ocorrer no período de 01/04 a 15/04/07 e conforme regulamentação específica a ser editada pela SEAP/PR. **(C)**